

Município

AMARAJI

Aspectos Históricos

Desmembrado do município de Escada

Data de criação da vila: 09/11/1889 Lei Provincial nº 2.137

Data de instalação: 11/10/1890

Data cívica (aniversário da cidade): 01/07

Os primeiros povoadores das terras onde se encontra o município de Amaraji, mais ou menos no ano de 1850, eram provenientes da capital do estado, através da concessão de sesmarias. Em 23 de julho de 1868 os habitantes dessa região, então pertencente à Escada, reivindicaram à Câmara Municipal a instalação de uma feira no Engenho Garra, no local onde hoje é a sede do município. O pedido foi atendido, designando-se o domingo para o dia da feira. Desde então o lugar teve rápido desenvolvimento, com o surgimento de estabelecimentos comerciais e residências, formando-se aos poucos uma povoação, denominada São José da Boa Esperança.

O nome foi dado pelo comendador José Pereira de Araújo, que mandou construir uma capela em homenagem a São José, até hoje o padroeiro da cidade. A Lei Provincial nº 1.831, de 28 de junho de 1884, elevou o povoado de São José da Boa Esperança (então 4º distrito de paz da comarca de Escada) à categoria de freguesia, tendo por sede a povoação de mesmo nome. Mas essa freguesia não teve sanção eclesiástica de imediato, e continuou a pertencer à freguesia de Nossa Senhora da Apresentação da Escada, com a direção do vigário desta.

A Lei Provincial nº 2.137, de 09 de novembro de 1889, elevou o povoado de São José da Boa Esperança à categoria de vila, ainda com a mesma denominação. Essa lei criou também um termo reunido ao de Escada, com os mesmos limites marcados pela Lei Provincial nº 1.831, anteriormente citada. O Decreto Estadual nº 17, de 24 de setembro de 1890, desmembrou a vila de São José da Boa Esperança do município de Escada e mudou a sua denominação para Amaragy (na grafia da época), designação proveniente da localização do povoado, à margem do rio do mesmo nome. O topônimo vem do tupi *Amã-rá-gy*, em que *Amã-rá* significa “procedente das nuvens” e *gy* ou *g-y* quer dizer “água” e, por extensão, “rio, curso d’água”. Isto é, “rio nascido das chuvas”.

O município foi instalado em 11 de outubro de 1890, ainda como termo reunido ao de Escada. Em 22 de novembro do mesmo ano, através de Decreto Estadual, os povoados de Cortês e Pedra Branca, desmembrados, respectivamente, de Bonito e Vitória de Santo Antão, foram incorporados a Amaragy. Em 30 de setembro de 1892 foi realizada a primeira eleição e escolhidos os seus representantes, sendo eleito Francisco da Rocha Pontual como primeiro prefeito.

O município de Amaraji foi constituído no dia 31 de dezembro de 1892, adquirindo autonomia legislativa, com base na Constituição Estadual e no art. 2º das disposições gerais da Lei Estadual nº 52, de 03 de agosto de 1892 (Lei Orgânica dos Municípios), promulgada durante o governo de Alexandre José Barbosa Lima. Foram então criados três distritos administrativos: Amaragi, Primavera (hoje município) e Cortês (hoje município). O primeiro prefeito eleito foi Francisco da Rocha Pontual. A comarca de Amaragi, classificada como de 1ª entrância, foi criada por Resolução datada de 29 de novembro de 1893, tendo como primeiro magistrado o juiz José Antônio da Silva Mello, cuja primeira audiência foi no dia 14 de dezembro de 1893.

A freguesia teve provimento canônico em maio de 1904, por ato do diocesano D. Luiz Raymundo da Silva Britto, ficando desligada da freguesia de Escada. A Lei Municipal nº 47, de 10 de março de 1908, suprimiu de Amaragi o distrito de Primavera, o qual passou a pertencer ao município de Escada através da Lei Municipal nº 903 (de Escada), de 21 de maio de 1908. A Lei Estadual nº 991, de 1º de julho de 1909, elevou a sede do município à categoria de cidade. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911 o município é constituído de três distritos: Amaragi, Arapibu e Cortês. O Decreto-lei Estadual nº 92, de 31 de dezembro de 1937, alterou a grafia do topônimo de Amaragi para Amaraji. O distrito de Arapibu foi transferido para o município de Ribeirão pelo Decreto-lei Estadual nº 235, de 09 de dezembro de 1938. O mesmo decreto incorporou o território do ex-distrito da Ilha das Flores, que pertencia a Bonito, ao território do distrito de Cortês.

Pelo Decreto-lei Estadual nº 952, de 31 de dezembro de 1943, o distrito de Primavera passou a denominar-se Caracituba e voltou a pertencer a Amaraji (ex-Amaragi), como 2º distrito. No quadro fixado para vigorar no período 1944-1948 o município é constituído de três distritos: Amaraji, Caracituba (ex-Primavera) e Cortês. A Lei Estadual nº 1.818, de 29 de dezembro de 1953, elevou o distrito de Cortês à categoria de município, desmembrado de Amaraji. O distrito de Caracituba teve sua denominação alterada para Primavera de Santo Antônio, pela Lei Estadual nº 1.959, de 17 de novembro de 1954. Em divisão territorial datada de 1º de julho de 1955 o município aparece com dois distritos: Amaraji e Primavera de Santo Antônio (ex-Caracituba).

A Lei Estadual nº 4.984, de 20 de dezembro de 1963, desmembrou de Amaraji o distrito de Primavera de Santo Antônio, o qual foi elevado à categoria de município com a denominação de Primavera. Em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1963 o município aparece apenas com o distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial de 2005.

Fontes:

Agência CONDEPE/FIDEM, Calendário Oficial de Datas Históricas dos Municípios de Pernambuco. Recife: CEHM, 2006. v. 3.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 18.

FONSECA, Homero. **Pernambucânia: o que há nos nomes das nossas cidades**. Recife: CEPE, 2009.

GALVÃO, Sebastião de V. **Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco**. Recife: CEPE, 2006. v. 1.

PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça. **História das Comarcas Pernambucanas**. 2ª ed. Recife, 2010.

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/pernambuco/amaraji.pdf>